

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Referência: Pregão Eletrônico n. 816/2022/GAMA/SUPEL/RO
Processo Administrativo nº 0042.068572/2022-13

EMOPS SERVIÇOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.796.496/0001-02, com sede estabelecida na Av. Governador Jorge Teixeira, nº 2295, Bairro Liberdade, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, vem, respeitosamente, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, em face da habilitação da empresa MARIFOSSA SANEAMENTO LTDA para o GRUPO 1 do Pregão Eletrônico n. 816/2022, o que faz pelas razões que passa a expor.

I - DA TEMPESTIVIDADE

1. Inicialmente, salienta-se que, nos termos da Lei 10.520/02, artigo 4º, inciso XVIII, é cabível recurso administrativo em face da decisão proferida em 15.03.2023.

2. O prazo para interposição do presente recurso finda-se após 3 (três) dias a contar da data da referida decisão.

3. Deste modo, plenamente tempestivo, visto que está sendo devidamente protocolado na data de 20.03.2023.

II - SÍNTESE DOS FATOS

4. O pregoeiro julgou pela habilitação da Empresa MARIFOSSA SANEAMENTO LTDA para o GRUPO 1 do Pregão Eletrônico n. 816/2022.

5. Sem delongas, a decisão de habilitação da RECORRIDA, se mostra totalmente desarrazoada, visto que essa descumpriu flagrantemente o disposto nos itens 13.7 e 13.8 do instrumento convocatório, que traz a seguinte exigência:

"13.7. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

b) Balanço Patrimonial, referente ao último exercício social, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas a menos de um ano), de 5% (cinco) por cento do valor estimado do lote que o licitante estiver participando.

B1) no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

B2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotes em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

B3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s). "

(...)

13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.8.1. A qualificação técnica será exigida em conformidade com o art. 4º da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, de 14/02/2017.

Art. 4º Os Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais relativos à prestação de serviços em geral e obras de engenharia, considerando o valor estimado da contratação, devem observar o seguinte:

I – até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características;

II - de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a R\$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidade, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo;

III – acima de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) – apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características, quantidade e prazo, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo.

13.8.2. Os Atestados de Capacidade Técnica, comprovando o desempenho da licitante em contrato compatível em características e quantidades (art. 4, I, II e III da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL), com o objeto da licitação, será conforme delimitado abaixo:

a) Apresentação de pelo menos um atestado (os) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características e quantidade em serviços de Limpeza da estação de tratamento de Esgoto - ETE.

a.1) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma, contemple os serviços de Limpeza da estação de tratamento de Esgoto - ETE.

a.2) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma comprove que a empresa licitante entregou no mínimo 20% (vinte por cento) do item em que a empresa apresentar proposta.

a.3) O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor.

b) O atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente, e os emitidos por pessoa de direito privado deverá ter firma do emitente reconhecida em cartório competente (Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 24/02/2017 e número 002/2017/GAB/SUPEL de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 10/03/2017).

c) O disposto no subitem acima não enseja na imediata inabilitação do licitante, cabendo a Comissão de Licitação, se for o caso, empreender diligência para averiguar a veracidade do documento (Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 24/02/2017 e número 002/2017/GAB/SUPEL de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 10/03/2017).

6. Vale destacar que a RECORRIDA não apresentou junto aos documentos enviados no sistema Compras o Balanço Patrimonial e o Atestado de Capacidade Técnica.

7. Ademais, durante a sessão do Pregão 816/2022, o Pregoeiro informou que consultou junto ao SICAF e ao CRC - Certificado de Registro Cadastral expedido pela SUPEL/RO, onde constou que a RECORRIDA possui documento relativos à qualificação técnica

(atestado de capacidade técnica), vejamos:

Pregoeiro - 15/03/2023 - 11:45:29 - Senhores licitantes.

Pregoeiro - 15/03/2023 - 11:48:03 - Como preconiza o item 13.1.2 do edital: (...) 13.1.2. A documentação de habilitação das Licitantes poderá ser substituída pelo Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, e pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, expedido pela Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO..

Pregoeiro - 15/03/2023 - 11:49:48 - Em consulta ao CRC, expedido pela Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO, restou constatado que a empresa MARIFOSSA SANEAMENTO, possui documentos relativos à qualificação técnica (atestados de capacidade técnica).

Pregoeiro - 15/03/2023 - 11:50:31 - Desta forma o Pregoeiro declara a empresa MARIFOSSA SANEAMENTO, HABILITADA, no presente certame.

8. Dito isto, considerando que a habilitação da RECORRIDA resulta em evidente violação ao Edital do PE n. 816/2022, é que se motiva o presente recurso administrativo, a fim de evitar a consolidação da medida ilegal e a judicialização da presente licitação.

III - DO MÉRITO

III.1 - DA NÃO APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL

9. Conforme citado, a RECORRIDA deixou de apresentar Balanço Patrimonial junto aos documentos enviados no sistema Compras, logo afrontou o disposto no item 13.7 do instrumento convocatório.

10. A juntada de balanço patrimonial em licitações é um requisito fundamental para a participação de empresas em processos de compras governamentais. Registre-se que tal documento é um demonstrativo contábil que apresenta a posição financeira da empresa em um determinado período, destacando seus ativos, passivos e patrimônio líquido.

11. Em suma, o balanço patrimonial é de extrema importância para as licitações, pois permite aos órgãos públicos avaliar a capacidade financeira da empresa em cumprir com as obrigações contratuais.

12. Ao apresentar o balanço patrimonial, a empresa demonstra transparência e credibilidade, o que é fundamental para garantir a confiança dos órgãos públicos na capacidade da empresa em cumprir com os termos do contrato. Além disso, a juntada desse documento permite aos órgãos públicos avaliarem a solidez financeira da empresa, bem como sua capacidade de investimento e crescimento, o que é importante para o planejamento estratégico das compras governamentais.

13. A juntada do balanço patrimonial também é importante para evitar a participação de empresas inidôneas em processos de licitação. A apresentação do documento permite aos órgãos públicos avaliar se a empresa possui dívidas em aberto, situação de falência ou recuperação judicial, o que pode prejudicar a execução do contrato e causar prejuízos aos cofres públicos.

14. É importante destacar que a juntada do balanço patrimonial não é uma formalidade vazia, mas sim uma exigência legal que visa garantir a lisura e transparência dos processos licitatórios. A falta desse documento deve levar à desclassificação da empresa, o que pode prejudicar sua participação em futuras licitações e afetar sua reputação no mercado.

15. Em resumo, a juntada de balanço patrimonial em licitações é de extrema importância para garantir a transparência, credibilidade e solidez financeira das empresas participantes, bem como evita a participação de empresas inidôneas em processos de compras.

16. Noutro giro, deve-se atentar ao fato de que a RECORRIDA não anexou o balanço patrimonial em seus documentos de habilitação junto ao sistema Compras, o que motivaria o Pregoeiro a tomar atitudes adjetivas como a consultar o Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF

17. Tanto o é, que assim prevê o instrumento convocatório e a Lei n. 8.666/93, respectivamente:

A) Edital

8.5.1. Conforme as disposições do Decreto Estadual nº 26.182/2021, art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, concomitantemente:

I - os documentos de habilitação exigidos no edital; e

II - proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço. § 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEFOR, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

13.14. As LICITANTES que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

B) Lei n. 8.666/93

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

18. Ocorre que, no presente certame, a RECORRIDA não fez a juntada do balanço patrimonial dentro do sistema de Compras. Segundo o Pregoeiro, a empresa possuía documentos relativos à qualificação técnica (atestados de capacidade técnica), no entanto NADA foi mencionado sobre sua qualificação financeira. Logo, entende-se que a RECORRIDA fora habilitada sem que seu balanço patrimonial fosse analisado.

19. Logo, conforme já exposto, o balanço patrimonial é documento fundamental para análise da habilitação de uma empresa, sendo totalmente inadmissível e ilegal a sua habilitação sem tal observância, visto a probabilidade em trazer riscos os cofres da administração pública.

20. Ademais, deve-se deixar cristalino que a juntada do balanço patrimonial dentro do SICAF deve ser feita em momento anterior a abertura do certame, sendo totalmente ilegal a admissão de sua juntada em momento posterior.

21. Nesse sentido, visto que a RECORRIDA não fez juntada de documento essencial para a análise de sua saúde financeira, a sua inabilitação é medida que se requer.

III.2 DA NÃO PUBLICIDADE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

22. Conforme narrado anteriormente, a RECORRIDA não anexou o Atestado de Capacidade Técnica em seus documentos de

habilitação junto ao sistema Compras, o que motivou o Pregoeiro a tomar atitudes adjetivas como a consultar o Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF e ao CRC - Certificado de Registro Cadastral expedido pela SUPEL/RO, conforme já mencionado.

23. Ocorre que, a Pregoeira não fez a juntada do Atestado de Capacidade Técnica objeto da diligência dentro do sistema Compras, ou em qualquer outro meio, o que impossibilitou aos demais licitantes o acesso à informação pública e necessária a possível interposição de recurso.

24. Logo, a atitude do pregoeiro em não disponibilizar os atestados diligenciados, ofende diretamente ao princípio da publicidade, que é um dos pilares da administração pública, que visa garantir a transparência e a acessibilidade das informações e dos documentos relacionados aos processos de licitação.

25. A disponibilização pública desses documentos permite que os demais licitantes e a sociedade em geral possam verificar a legalidade e a adequação da participação das empresas no processo de licitação, é importante ressaltar que o pregoeiro, não disponibilizou nem mesmo no site supel, vejamos:

<https://rondonia.ro.gov.br/licitacao/631409/>

26. Conforme Art. 3º da Lei nº 8.666/93, os procedimentos licitatórios devem ser conduzidos com estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

27. No sistema Compras, a publicidade dos documentos de habilitação é garantida por meio da disponibilização dos documentos no próprio sistema, de forma eletrônica e em tempo real e no caso dessa Superintendência, os documentos diligenciados devem ser publicados no site institucional ou qualquer outro meio que assegure o acesso de todos, e como visto anteriormente, não foram.

28. Dessa forma, qualquer pessoa interessada pode consultar os documentos de habilitação das empresas participantes do pregão eletrônico, verificando a conformidade dos mesmos com as exigências do edital e da legislação aplicável.

29. A disponibilização pública dos documentos permite que os licitantes concorrentes possam verificar se as empresas participantes cumprem os requisitos legais e técnicos exigidos, evitando que empresas sem as condições necessárias participem da licitação.

30. Além disso, a transparência e a acessibilidade das informações e documentos relacionados à licitação contribuem para a fiscalização e o controle social dos processos de contratação pública.

31. Em resumo, o princípio da publicidade dos documentos de habilitação das empresas que participam de pregão eletrônico no sistema Compras é fundamental para garantir a transparência, a legalidade e a adequação dos processos de licitação.

32. A disponibilização pública desses documentos permite que os interessados possam verificar a conformidade dos mesmos com as exigências do edital e da legislação aplicável, contribuindo para a ampliação da concorrência e a redução dos riscos de fraudes e irregularidades nos processos de contratação pública.

33. Por essa razão, o pregoeiro ao finalizar a sessão sem publicar os documentos diligenciados aos demais participantes, descumpriu diversos princípios constitucionais (publicidade, devido processo legal e outros), tendo em vista que não oportunizou aos demais participantes a análise dos atestados de capacidade técnica diligenciado, afetando, dessa forma, o direito recursal dos demais participantes.

III.3 - DA NECESSIDADE DE VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

34. O princípio do vínculo ao instrumento convocatório materializa o princípio da legalidade no processo licitatório e vem expressamente positivado na Lei 8.666/93, pois materializa o procedimento necessário ao alcance da proposta mais vantajosa à Administração, nos seguintes termos:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

35. A observância ao edital efetiva o princípio inscrito dentre os demais princípios que regem a Administração Pública, disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

36. O princípio da legalidade é a base de todos os demais princípios, uma vez que instrui, limita e vincula as atividades administrativas, conforme refere Hely Lopes Meirelles:

"A legalidade, como princípio de administração (CF, art.37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da Lei n. 9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'poder fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'." (in Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, 27ª ed., p. 86)

37. No mesmo sentido, leciona Diógenes Gasparini:

"O Princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade do seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal ou que exceda o âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe à anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular. De fato, este pode fazer tudo que a lei permite e tudo o que a lei não proíbe; aquela só pode fazer o que a lei autoriza e, ainda assim, quando e como autoriza. Vale dizer, se a lei nada dispuser, não pode a Administração Pública agir, salvo em situação excepcional (grande perturbação da ordem, guerra)" (in GASPARINI, Diógenes, Direito Administrativo, Ed. Saraiva, SP, 1989, p.06).

38. Portanto, uma vez demonstrado o descumprimento de regras editalícias, tem-se por inequívoca a nulidade da habilitação da RECORRIDA, devendo essa ser declarada inabilitada e o ilustre Pregoeiro proceder com a convocação da segunda colocada no certame para os aludidos itens.

III.4 - DO PRINCÍPIO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA

39. O princípio da segurança jurídica possui dois sentidos. O primeiro, de natureza objetiva, tem a ver com a estabilização do ordenamento jurídico, a partir do respeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada; já o segundo, de jaez subjetivo, relaciona-se com a proteção da confiança do cidadão frente às expectativas geradas pela Administração Pública.

40. No que atina a matéria do presente recurso, importa destacar que a essência subjetiva do princípio da segurança jurídica está nitidamente relacionada ao princípio da confiança legítima, muito embora com ele não se confunda, conforme lição da doutrina:

“Enquanto a segurança jurídica possui caráter amplo, sendo aplicável às relações públicas e privadas, a confiança legítima tutela, tão somente, a esfera jurídica particular, protegendo-o da atuação arbitrária do Estado” (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. 2014. Págs. 44/49)

41. Um exemplo da necessidade de proteção à confiança é extraído do artigo 54, da Lei 9.784/99, o qual impõe um prazo (decadencial) à possibilidade de a União anular atos administrativos. Trata-se, pois, de uma limitação ao poder/prerrogativa de autotutela da Administração, em razão da necessidade de se preservar a confiança legítima do administrado frente aos atos do Poder Público.

42. Sob essa vertente, é que exsurge os princípios da vinculação ao instrumento e do julgamento objetivo, pois as regras do instrumento convocatório devem ser de cunho previsível com vistas a alcançar suas finalidades precípuas.

43. Por essa razão, não se pode admitir a habilitação da RECORRIDA que claramente descumpriu as regras editalícias.

IV - DA CONCLUSÃO

44. Em suma, as compras públicas têm como finalidade atender um INTERESSE PÚBLICO, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de IGUALDADE (possibilitado pela vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo), para que seja possível a obtenção da PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

45. Portanto, ao deixar de aplicar os dispositivos editalícios em isonomia entre os competidores, observa-se grave afronta a tais princípios, além de ferir o próprio princípio da finalidade.

V- DOS REQUERIMENTOS:

46. Ante tudo o que fora minimamente exposto, requer-se:

a) o recebimento do presente recurso, em seu efeito suspensivo, nos termos do art. 109, § 2º, da Lei 8.666/93;

b) Ao final, julgar totalmente procedente o presente recurso, para fins de rever a decisão que habilitou a Empresa MARIFOSSA SANEAMENTO LTDA;

c) Não alterando a decisão, requer o imediato encaminhamento à Autoridade Superior, para deliberação, nos termos do art. 109, §4º da Lei 8.666/93; e

d) Em caso de manutenção da decisão, requer-se, em face do princípio da motivação, a fundamentação jurídica para o aceite dos documentos de habilitação objeto do presente recurso.

Termos em que,
Pede deferimento.

Voltar